

**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO REGIONAL DO AMBIENTE E DO DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL (CRADS) – Angra do Heroísmo, 16 de abril de 2024**

Ao décimo sexto dia do mês de abril de dois mil e vinte e quatro, pelas dez horas, na sala Gaspar Cortê Real, do Terceira Mar Hotel, na ilha Terceira, reuniu o Conselho Regional do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, abreviadamente designado por CRADS, em sessão ordinária, de acordo com o artigo 47.º do Decreto Legislativo Regional n.º 19/2010/A, de 25 de maio, estando presentes os seguintes membros: -----

- Alonso Teixeira Miguel, Secretário Regional do Ambiente e Ação Climática, na qualidade de Presidente; -----
- António Fernando de Almeida Marques, representante da Autoridade Marítima Nacional – Departamento Marítimo dos Açores; -----
- Júlio Costinha da Silva, representante da Polícia de Segurança Pública; -----
- Tiago Garrinhas, representante do Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente da Guarda Nacional Republicana; -----
- Anselmo Falcão, representante da Inspeção Regional do Ambiente; -----
- Sónia Santos, presidente do Conselho de Administração da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos dos Açores; -----
- José Azevedo, representante da Federação Agrícola dos Açores; -----
- Raquel Rodrigues, representante da Federação de Pescas dos Açores; -----
- Eugénio Câmara, representante da Associação Florestal dos Açores; -----
- Francisco Rosa, representante da Câmara do Comércio e Indústria dos Açores; -----
- José Leal, representante da Azorica - Associação de Defesa do Ambiente; Rui Botelho, representante da SPEA – Sociedade Portuguesa para o Estudos das Aves; Paulo Barcelos, representante da Associação Os Montanheiros; Ricardo Gil, representante da Gê-Questa – Associação de Defesa do Ambiente; Hélder Nunes, representante da Alerta - Associação de Escutismo Católico dos Açores; João Medeiros, representante da Azulinvade – Associação Ambiental; e Diogo Caetano, representante dos Amigos dos Açores – Associação Ecológica, representantes das organizações não governamentais de ambiente e equiparadas que estão inscritas no registo regional a que se refere o artigo 8.º do presente diploma; -----
- João Machado Enes, representante da Delegação dos Açores da Associação Nacional de Freguesias; -----
- Ana Rodrigues, Diretora Regional do Ambiente e Ação Climática. -----

Esta reunião teve a seguinte agenda: -----

- 1- Tomada de posse de membros do CRADS; -----

RAL
→

2- Aprovação da ata da reunião do CRADS de 16 de outubro de 2023; -----

3- Apresentação da Proposta do Plano Anual Regional para 2024 do Governo Regional dos Açores, nas áreas de competência da Secretaria Regional do Ambiente e Ação Climática; -----

4- Outros assuntos. -----

O Presidente deu as boas-vindas aos presentes e agradeceu a sua comparência na reunião. -----

Transmitiu a ausência devidamente justificada de dezasseis conselheiros, nomeadamente: o representante da Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores, o representante do Conselho Nacional do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, o representante da Universidade dos Açores, o representante do Observatório do Mar, o representante da Quercus – Associação Nacional de Conservação da Natureza, o representante da AJITER – Associação Juvenil da Ilha Terceira, o representante da AFAMA – Associação Faialense dos Amigos dos Animais, o representante da Associação de Surf da Ilha Terceira, o representante da Associação Cultural, Desportiva e Recreativa da Graciosa, o representante da Associação Asas do Mar - Instituto de Ornitologia Marinha dos Açores, o representante da ACRA – Associação de Consumidores da Região Açores, o representante da Trybio – Associação de Produtores e Consumidores de Agricultura Biológica, o representante do Conselho Coordenador do Sistema Educativo, o representante da Direção Regional dos Recursos Florestais, o representante da Direção Regional das Políticas Marítimas, o representante da Secretaria Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas. -----

Informou, ainda, que acompanhariam a reunião o Chefe do Gabinete do Secretário Regional do Ambiente e Ação Climática, Adalberto Couto, o Adjunto do Gabinete do Secretário Regional do Ambiente e Ação Climática, André Castro, o Adjunto do Gabinete do Secretário Regional do Ambiente e Ação Climática, Tiago Ferreira, a Subdiretora Regional da Secretaria Regional do Ambiente e Ação Climática, Teresa Escobar Silva, a Vogal do Conselho de Administração da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos dos Açores, Sandra Câmara e o, Técnico Superior Especialista do Gabinete do Secretário Regional do Ambiente e Ação Climática, Emanuel Barcelos, nos termos do n.º 3 e 4 do artigo 41.º do DLR n.º 19/2010/A, de 25 de maio, na sua versão atual. -----

Tendo-se constatado a presença de quórum para a realização da reunião, nos termos do n.º 1, do artigo n.º 48, do DLR n.º 19/2010/A, de 25 de maio, na sua redação atual, o Presidente do CRADS deu início à ordem de trabalhos: -----

PONTO UM - Tomada de posse de membros do CRADS -----

Existindo novos representantes, designados recentemente, o Presidente do CRADS concedeu a posse aos seguintes conselheiros: Helga Barcelos, representante da Associação Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável dos Açores, Ricardo Gil, representante da Associação Gê-Questa e António Fernando Marques, representante da Autoridade Marítima. -----

Os respetivos termos de posse foram assinados pelo Presidente e pelos empossados, sendo anexados à presente Ata, enquanto parte integrante da mesma. -----

CPZ
A

PONTO DOIS - Aprovação da ata da reunião do CRADS de 16 de outubro de 2023 -----

Considerando que a Ata da última reunião foi remetida a todos os conselheiros, através de correio eletrónico, foi proposto pelo Presidente que fosse dispensada a respetiva leitura, o que mereceu a aprovação unânime do Conselho. -----

Colocado o conteúdo da Ata à consideração do Conselho, a Conselheira Raquel Rodrigues solicitou a correção na página 11, no penúltimo parágrafo, na intervenção do Conselheiro Jorge Gonçalves onde refere “VMS” procedeu-se à correção para “VMES”. -----

Submetida à votação, a Ata da reunião do CRADS de 16 de outubro de 2023 foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO TRÊS - Apresentação da Proposta do Plano Anual Regional para 2024 do Governo Regional dos Açores, nas áreas de competência da Secretaria Regional do Ambiente e Ação Climática -----

O Secretário Regional começou por referir que este Plano é de continuidade ao trabalho que tem sido desenvolvido e vai continuar a incidir em setores estratégicos como as alterações climáticas, a mitigação e adaptação às alterações climáticas, a conservação da natureza, a gestão dos recursos hídricos, a promoção da qualidade ambiental, com especial enfoque no que se refere à economia circular e à gestão de resíduos. Deu nota que, com a nova configuração do Governo Regional dos Açores, a Secretaria Regional do Ambiente e Ação Climática passou a ter as competências da Proteção Civil, com a integração do Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros, e que a componente do Ordenamento do Território e gestão da orla costeira passou a estar alocada a outros departamentos do Governo Regional. -----

A anteproposta do Plano de Investimentos para 2024 tem um crescimento de cerca de 4 % em relação ao Plano de Investimentos de 2023, atingindo 19,6 milhões de euros, ou seja, cerca de mais de 800 mil euros do que se verificou em 2023. -----

Relativamente à anteproposta do plano que foi apresentada em novembro de 2023, existem diferenças, nomeadamente com a transição do Ordenamento do Território e da Orla Costeira para as novas tutelas, verificando-se assim uma diminuição da previsão inicial de cerca de 1,4 milhões de euros. -----

Salientou ainda que a outra alteração efetuada ao Plano de Investimentos se deve à inclusão do Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores na tutela da Secretaria Regional do Ambiente e Ação Climática pelo que os valores acrescidos de cerca de 12 milhões de euros correspondem ao Plano de Investimentos daquele departamento. -----

Assim sendo, o valor total da anteproposta do Plano da Secretaria Regional do Ambiente e Ação Climática é de € 31 799 448 (31 milhões, setecentos e noventa e nove mil, quatrocentos e quarenta e oito euros). A este investimento acresce cerca de 2,6 milhões de euros que correspondem às obras públicas que se encontram centralizadas na Secretaria Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas. -----

No que concerne ao combate às alterações climáticas, há um conjunto de investimentos que estão distribuídos pelos vários departamentos do Governo Regional com competências na matéria. Neste capítulo destaca-se o investimento no âmbito do projeto LIFE IP CLIMAZ, com

um investimento de cerca de 2 milhões de euros, dos quais 1,1 milhões de euros serão executados pela Secretaria Regional do Ambiente e Ação Climática e cerca de 1 milhão de euros serão executados pela Secretaria Regional do Mar e das Pescas e Secretaria Regional da Agricultura e Alimentação. -----

Neste âmbito, está ainda prevista a capacitação dos serviços da Secretaria Regional através de meios e recursos adequados para intervir a nível da monitorização, manutenção e requalificação da rede hidrográfica. Com maquinaria em todas as ilhas será possível efetuar uma ação preventiva, com intervenções a nível da rede hidrográfica e ter ainda capacidade de resposta na sequência de intempéries e de fenómenos meteorológicos extremos. -----

O Secretário Regional informou ainda que terá início um projeto em colaboração com o Instituto Português do Mar e da Atmosfera, o Observatório Climático do Atlântico, com o objetivo de recolher dados atmosféricos e de massa de água que são fundamentais para o estudo das alterações climáticas na região do Atlântico Norte. Esta colaboração permitirá fazer um conjunto de medições dos gases com efeito de estufa à escala global e que terá um investimento de cerca de 1 milhão de euros. À Secretaria Regional do Ambiente e Ação Climática caberá as obras nas infraestruturas existentes e aquisição de equipamentos, sendo que o IPMA ficará responsável pela contratação do pessoal especializado. -----

Alonso Miguel acrescentou que será efetuado o reforço da verba destinada ao regime jurídico-financeiro de apoio à emergência climática de 480 mil euros, que até ao momento permitiu apoiar cerca de 40 famílias. -----

Relativamente à promoção da qualidade ambiental e da gestão de resíduos, o Presidente do CRADS reforçou a importância do programa "Eco-Freguesia" que contará com um investimento de 1 milhão de euros. -----

O processo de reestruturação dos Centros de Processamento de Resíduos das seis ilhas, nomeadamente Flores, Faial, Pico, Graciosa, São Jorge e Santa Maria, está concluído. -----

Com a conclusão do processo de reestruturação, iniciar-se-á o projeto de modernização dos Centros de Processamento de Resíduos com a aquisição de um conjunto de equipamentos, como três envolvidoras semiautomáticas para envolver os fardos de refugo nos Centros de Processamento das Flores, Graciosa e Santa Maria. Posteriormente, proceder-se-á ao apetrechamento com linhas de triagem, tapetes de abastecimento, tapetes de abertura de sacos, crivos rotativos, num investimento de 2,9 milhões de euros. -----

Referiu ainda que será dada continuidade ao projeto do Sistema de Depósito de Embalagens Não Reutilizáveis de Bebidas nos Açores, com um investimento de cerca de 923 mil euros. Deu nota que através da implementação do projeto-piloto foram recolhidas 13 milhões e quinhentas mil embalagens nos Açores em menos de 2 anos. -----

Destacou também o investimento efetuado na rede de monitorização, na plataforma de informação da qualidade do ar, com uma verba prevista de 300 mil euros, e a monitorização ambiental da radioatividade através do início da elaboração do Plano Regional para o Radão e a continuidade do projeto de monitorização e biorremediação de solos da Praia da Vitória. -----



do CRADS e, portanto, as matérias de Ordenamento do Território continuarão a ser debatidas no CRADS. -----

Alonso Miguel referiu que os planos que são da tutela da Secretaria do Ambiente, nomeadamente os Planos de Ordenamento das Bacias Hidrográficas de Lagoa, a revisão é efetuada pelo departamento que tem a competência do Ordenamento do Território, mas a sua implementação é feita pela Secretaria Regional do Ambiente e Ação Climática. Quanto à alteração dos Planos de Ordenamento da Orla Costeira, esta será efetuada pelo Ordenamento do Território, mas a implementação e gestão diária será efetuada pela tutela correspondente.

O Presidente do CRADS salientou que os instrumentos de gestão territorial serão avaliados e revistos por um departamento que está integrado na Direção Regional dos Recursos Florestais e Ordenamento Territorial, mas a implementação dos planos será efetuada sectorialmente por cada um dos departamentos. -----

O Conselheiro Eugénio Câmara, da Associação Florestal dos Açores, questionou se os Recursos Florestais continuam representados no CRADS. -----

O Presidente do CRADS mencionou que a composição do CRADS está definida por um instrumento legal e na sua composição os Recursos Florestais estão representados no Conselho.

Eugénio Câmara questionou se está prevista uma intervenção na Bacia Hidrográfica das Sete Cidades, nomeadamente na bacia de retenção e no seu fluente para a Lagoa. Acrescentou que nas últimas intempéries na ilha de São Miguel foram toneladas de terra para o interior da lagoa e que as intervenções efetuadas foram inócuas. -----

Mencionou ainda que a plataforma da ponte que existia no local foi colocada no leito da ribeira, causando o desvio da água para os lados. Deu nota que os detritos retirados são colocados a montante e quando chove os mesmos são arrastados, novamente, para a bacia de retenção. ---

O Presidente do CRADS referiu que tem sido efetuado um investimento no reforço da vigilância através da contratação de mais doze Vigilantes da Natureza e na Inspeção Regional do Ambiente. -----

Tomou a palavra Emanuel Barcelos que deu nota que a laje de betão mencionada pelo Conselheiro Eugénio Câmara já se encontrava partida há vários anos e que a erosão verificada no local se deve há grande quantidade de água que corre e que mesma não escorre para a Lagoa, que o seu curso termina antes da Lagoa, o que faz com que surja uma pequena cascata no local provocando assim erosão na zona. -----

Esclareceu que se tentou regularizar a laje de betão endireitando-a no chão para funcionar como um açude, para permitir a estabilização do leito da ribeira enquanto os caudais sólidos passam pelo local. Explicou ainda que, como as margens estavam a abrir-se, recorreu-se a uma técnica de engenharia natural para tentar estabilizar o leito da ribeira. -----

Emanuel Barcelos lembrou que a proteção começa em cada um de nós e recordou que no artigo n.º 33 da Lei da Água a limpeza e manutenção das linhas de água são: ponto n.º 1 da responsabilidade dos municípios dentro dos aglomerados urbanos; ponto n.º 2, nas frentes particulares é da responsabilidade do proprietário, nos restantes locais cabe à autoridade da rede hidrográfica fazer a sua manutenção e limpeza. -----

Cifok 

A nível da conservação da natureza e da preservação da biodiversidade, destacou os investimentos previstos para os projetos LIFE que têm previsto um investimento de 3,2 milhões de euros, um aumento de cerca de 17 % em relação ao ano anterior. -----

Destacou ainda o investimento a nível dos incentivos para a manutenção da Paisagem Tradicional da Cultura da Vinha e dos Pomares que, este ano, tem um investimento de 2 milhões de euros previstos. -----

Alonso Miguel salientou que estão previstos investimentos superiores a 1,6 milhões de euros na Rede Regional de Centros Ambientais de promoção de práticas ambientais que inclui as despesas inerentes ao funcionamento dos 19 centros de interpretação da Região que estão afetos à Secretaria. -----

No quadro da monitorização e gestão do património natural e da biodiversidade, está prevista uma verba de 320 mil euros, que permitirá aos Parques Naturais de Ilha reforçar as intervenções nos trilhos que se encontram afetos aos Parques Naturais. -----

O Presidente do CRADS destacou ainda o início da implementação do Plano de Ação do Paleoparque de Santa Maria que permitirá a realização de um conjunto de ações de caracterização daquele património, melhoria nos acessos, criação de infraestruturas de visitação e também construção de materiais de disseminação. -----

A nível dos recursos hídricos, está previsto um investimento de 2,3 milhões de euros. No que diz respeito à gestão de riscos, cartografia e cadastro conta com uma dotação de cerca de 2,4 milhões de euros. -----

Concluiu dando nota que as obras serão conduzidas pela Secretaria Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas, e que representam um investimento de cerca 2,6 milhões de euros, onde destacou a empreitada de construção do novo Centro de Interpretação do Algar do Carvão. -----

Referiu que serão estas as principais linhas de ação para o Plano da Secretaria Regional do Ambiente e Ação Climática para 2024. -----

Terminada a apresentação, o Presidente do CRADS anunciou a abertura das inscrições para pronúncia dos conselheiros. -----

Tomou a palavra o conselheiro Diogo Caetano, da Associação Amigos dos Açores, que questionou qual a representatividade que o CRADS passa a ter nos interesses do Ordenamento do Território considerando as alterações da orgânica. -----

Usou da palavra o conselheiro Paulo Barcelos, da Associação Os Montanheiros, que questionou em relação aos planos existentes, afirmando que o principal interlocutor das Associações Ambientais com o Governo tem sido a Secretaria que tutela o ambiente e alguns dos planos que começaram no Ambiente irão estar a cargo de outras entidades. -----

O Presidente do Conselho salientou que, em relação à alteração da orgânica, todos os departamentos do Governo trabalham de forma articulada e é o que acontecerá. O Diretor Regional que ficará com as competências do Ordenamento do Território é membro integrante



O Presidente do CRADS revelou que está prevista uma intervenção para o canal de descarga da bacia de retenção das Sete Cidades e que já está concluída a intervenção de construção das doze bacias de retenção na zona sudoeste da ilha Terceira. -----

Tomou a palavra a Diretora Regional do Ambiente e Ação Climática, Ana Rodrigues, para dar nota que existe um conjunto de documentos que foram trabalhados, nomeadamente o Roteiro da Neutralidade Carbónica, que pretende saber mais sobre as questões das alterações climáticas e como mitigar os seus efeitos. -----

Salientou ainda que o Governo dos Açores, através da Secretaria Regional da Agricultura, está a preparar uma candidatura para o Roteiro da Neutralidade Carbónica no que concerne às atividades agrícolas e os Recursos Florestais estão a desenvolver planos com o intuito de organizar o espaço florestal. -----

O Inspetor Regional do Ambiente, Anselmo Falcão, salientou que a complexidade ambiental é vasta e no que se refere a legislação, esta é bastante complexa e avulsa e por vezes há competências que extravasam a Secretaria Regional, no entanto, deu nota que existem diversas formas de deixar um registo e que é esse registo que levará a uma ação por parte das entidades competentes, desde a plataforma de denúncias da Inspeção Regional do Ambiente, PSP, GNR, entre outras. -----

Alonso Miguel acrescentou que se não for formalizada uma denúncia através da plataforma Na Minha Ilha ou através de outras plataformas não haverá uma investigação. -----

Tomou a palavra o conselheiro José Azevedo, da Federação Agrícola dos Açores, que salientou que as empresas que efetuam o corte da madeira têm zero responsabilidades e não são praticadas as boas práticas florestais. Referiu que deveria haver uma maior articulação entre os Recursos Florestais e o Ambiente, isto é, dever-se-ia ensinar boas práticas de atuação na floresta. Um dos outros problemas relacionados com a extração de madeira prende-se com os caminhos de acesso que por vezes ficam danificados devido à passagem de maquinaria pesada para a extração e, por isso, quem danifica deveria proceder à sua recuperação. -----

O Secretário Regional do Ambiente e Ação Climática deu nota de que os departamentos do Governo devem estar articulados, mas salientou que não cabe ao Ambiente fiscalizar o funcionamento de outros sectores até que exista incumprimento ambiental. -----

O conselheiro Paulo Barcelos mencionou que, na anteproposta de projeto, não são claras as intenções do Governo sobre a promoção do património natural e educação ambiental, ou seja, existem projetos em curso de divulgação dos Centros de Visitante, mas existe uma educação ambiental mais ativa e outra mais reativa. Salientou que deveria existir uma educação ambiental mais proativa que envolvesse as ecotecas. Existem vários temas relacionados com a área ambiental que deveriam ser incutidos nas camadas mais jovens e que este deveria ser um compromisso da Secretaria. -----

O Presidente do CRADS destacou que a matéria de sensibilidade ambiental é infindável e tem sido feito um progresso assinalável. Destacou ainda que as ecotecas não existem e que a Secretaria Regional possui uma oferta de educação ambiental que se encontra integrada na oferta de atividades de sensibilização ambiental escolar. -----

Evidenciou, ainda que, da oferta de sensibilização ambiental escolar fazem parte os quatro projetos LIFE, o Geoparque Açores e todas as áreas que a SRAAC tutela. -----

Usou da palavra o conselheiro Francisco Rosa, da Câmara do Comércio e Indústria dos Açores, para dar nota que algumas das associações presentes no Conselho têm dificuldades em



conseguir participar nas reuniões pelo que deveria haver um orçamento no Conselho para as Associações conseguirem participar sem custos adicionais. -----

Evidenciou ainda que o investimento de equipamentos efetuado na Administração Pública carece de recursos humanos para o seu manejo, ou seja, o Estado absorve a pouca mão-de-obra existente. Ressalvou que, dia após dia, o Estado entra no espaço dos privados e que tal não deve acontecer, pois quem dá capacidade aos serviços públicos são os privados. -----

Em relação à fiscalização, salientou que as inspeções têm de ser proativas e não devem esperar por uma denúncia para fiscalizar. -----

Por fim, referiu que quando se procede à entrega de papéis no Centro de Processamento de Resíduos, que contém dados de clientes, que os mesmos deviam ser destruídos à frente do cliente, que deveria existir uma destruidora industrial em que o cliente chegava ao local com as pastas de papel e procedia à sua destruição. -----

O Presidente do CRADS explicou aos Conselheiros que não há uma única Associação que não esteja presente no Conselho Regional por falta de financiamento na deslocação e estadia, todas as associações não governamentais do ambiente presentes têm financiamento para o efeito. --

Quanto à ação das inspeções, salientou que a Inspeção do Ambiente instituiu um conjunto de práticas para promoção da pedagogia, a Inspeção numa primeira infração não multa o infrator e antes de chegar ao processo de contraordenação são esgotados todos os meios possíveis. Referenciou ainda que a Inspeção não fica à espera da denúncia e que todos os dias são efetuadas ações por iniciativa própria. -----

Em relação à questão da maquinaria, referiu que a Secretaria Regional tem de estar apetrechada dos equipamentos necessários pois não é possível depender exclusivamente de privados porque as prestações de serviços não são quando a Secretaria necessita, mas sim quando as empresas têm capacidade de resposta. -----

A Diretora Regional do Ambiente e Ação Climática deu nota que a Secretaria Regional do Ambiente e Ação Climática aprovou no ano transato o PEPGRA 20+ que sofreu um processo de consulta pública bastante alargado, envolvendo as entidades governamentais com competências na matéria e na área da agricultura e florestas foram aprovadas várias propostas de ações. Salientou que as questões que preocupavam os membros do CRADS foram ouvidas e tidas em conta e já se encontram publicadas para posterior implementação. -----

O Inspetor Regional do Ambiente deu nota que a premissa da Inspeção Regional é o diálogo com as partes e o bom senso. Salientou que, em relação às denúncias, estas são uma pequena fração do trabalho da Inspeção. Evidenciou que ação é um dos desígnios da Inspeção Regional do Ambiente. -----

De seguida, o conselheiro José Azevedo alertou para a situação que se vive na ilha Terceira, nomeadamente a existência das cabras a divagar pela ilha. -----

O Presidente do CRADS referiu que a situação em causa já foi alvo de processos de contraordenação na Inspeção Regional do Ambiente. -----

O conselheiro Ricardo Gil, da Associação Gê-Questa, começou por congratular a Região por ter proibido os plásticos de utilização única. Alertou para a problemática das beatas referindo que nos cigarros eletrónicos as beatas têm dois filtros bem como uma chapinha metálica agravando assim o problema existente. Sugeriu também que se deveria deixar de usar as redes de pesca de fibras sintéticas e passar para as de fibras naturais. -----



Lançou o repto às várias entidades presentes no CRADS de se criar um guia de boas práticas de sustentabilidade transversal às diversas áreas. -----

Referiu que as máquinas do Sistema de Depósito de Embalagens deviam ser implementadas em grande escala e que o controlo deveria ser outro, de modo a se conseguir a boa execução do sistema. -----

Destacou que, nas limpezas costeiras, verifica-se que não é só o lixo que vem dar à costa é também o lixo das antigas lixeiras, nomeadamente na zona da Baía de Canas. Salientou que o Governo e a Câmara Municipal deveriam efetuar uma intervenção de fundo nas zonas das antigas lixeiras. -----

Salientou que não se verifica incentivos para o desábito da utilização do plástico por parte do produtor, a verdade é que o plástico não irá desaparecer, mas é necessário reduzir a sua produção e tratá-lo da melhor forma possível. -----

Alertou ainda para o facto de as farmácias não estarem a receber os resíduos produzidos pelos diabéticos e, portanto, existe um problema com o descartar adequado dos resíduos. -----

O Presidente do CRADS referiu que, quanto às beatas, a mesmas estão regulamentadas por uma legislação nacional e que existe um conjunto de entidades que têm a responsabilidade da sua fiscalização. Efetivamente as beatas são um grande problema, devido ao volume, pela taxa de degradação lenta, pelos impactos que têm na fauna marinha, entre outros. A Região tem efetuado um conjunto de limitações à indústria do tabaco e à Secretaria Regional do Ambiente e Ação Climática cabe apenas a sensibilização ambiental. -----

Quanto ao Sistema de Depósito de Embalagens, salientou que é um projeto-piloto cujo objetivo é promover a melhoria dos hábitos de separação e encaminhamento dos resíduos. -----

Deu nota que está a ser estudada a implementação da resolução que foi aprovada na Assembleia Regional sobre o sistema de recolha e depósito de plástico marinho e de artes de pesca. -----

Realçou que a Secretaria Regional do Ambiente e Ação Climática promove, todos os anos, iniciativas de limpeza da orla costeira em locais de difícil acesso. -----

O Secretário Regional frisou que as taxas dos sacos de plástico são redirecionadas para o Fundo de Emergência Climática, no entanto, deu nota que se verifica uma redução significativa na utilização dos sacos de plástico na Região. -----

Quanto aos resíduos dos diabéticos, Alonso Miguel deu nota de que as unidades de saúde recebem este tipo de resíduos, no entanto, iria averiguar a situação. -----

Tomou a palavra o Conselheiro Rui Botelho, da Sociedade Portuguesa para o Estudos das Aves, que referiu que, através da análise do Plano, verifica-se que nos próximos seis meses irão decorrer um conjunto vasto de intervenções ao longo da Rede Hidrográfica. Mencionou que várias das intervenções são pertinentes, no entanto, há um desconhecimento sobre as intervenções a realizar. O Plano realça que algumas já se encontram em fase de empreitada e era importante uma discussão ampla sobre os tipos de empreitada que serão executadas. -----

Questionou se nas intervenções de requalificação para a conservação da natureza, com um valor de 335 mil euros, estão contempladas as preocupações do Parque Natural de Ilha para com a Lagoa do Congro, em específico com os deslizamentos de vertente verificados. -----

O Presidente do CRADS referiu que a verba colocada na rede hidrográfica nunca é suficiente e que as intervenções previstas, acima de 25 mil euros, serão desenvolvidas pela SRTMI. A

CRADS
A

Secretaria Regional, a nível das intervenções de requalificação, apenas efetuará as pequenas intervenções, como a correção do leito da ribeira, levantamento de um muro, passagem hidráulica, entre outras. -----

O conselheiro Rui Botelho questionou em que departamento do Governo se encontram os projetos das empreitadas na rede hidrográfica. -----

O Secretário Regional informou que as empreitadas a realizar na rede hidrográfica estão sob a alçada das Obras Públicas. -----

O Conselheiro Rui Botelho destacou que as intervenções a fazer nas linhas de água não devem levar à sua artificialização e que se deve apostar sobretudo em sistemas mistos, compostos. ---

O Conselheiro Diogo Caetano tomou a palavra para dar nota que, em relação aos apoios às associações não governamentais, deveria existir uma previsibilidade do apoio que será concedido anualmente. -----

O Secretário Regional disse que será feito um esforço nesse sentido, no entanto, deu nota que os prazos estão definidos no diploma que rege o apoio às organizações não governamentais de ambiente. Contudo, salientou que iria avaliar a possibilidade de definir atempadamente a atribuição das verbas. -----

De seguida, o Conselheiro Paulo Barcelos demonstrou a sua apreensão com a passagem do Ordenamento do Território para os Recursos Florestais e que era importante que os restantes departamentos de Governo criassem conselhos regionais semelhantes ao CRADS porque só assim as instituições conseguem partilhar as apreciações das instituições que representam. Mencionou que, em relação aos apoios a atribuir às organizações não governamentais, se houvesse a previsibilidade do apoio as organizações funcionariam melhor. -----

O Secretário Regional referiu que seria feito um esforço no âmbito do financiamento às organizações não governamentais, em relação ao pagamento das passagens será averiguada a possibilidade do seu pagamento. -----

Deu nota que, quando é efetuado um plano e orçamento, é possível saber que verba está destinada às organizações não governamentais, no entanto, não é possível saber atempadamente quantas se vão candidatar, e como existe duas fases de candidaturas, não é possível definir que verba atribuir. -----

O Conselheiro Paulo Barcelos questionou se, em futuras sessões do CRADS, poderiam contar com a presença do Diretor Regional do Ordenamento do Território e o Presidente da Proteção Civil. -----

O Presidente do CRADS mencionou que participará o que participa atualmente, nomeadamente, o Diretor Regional dos Recursos Florestais e do Ordenamento Territorial. -----

O Conselheiro Rui Botelho salientou que dentro da Secretaria Regional do Mar e das Pescas, quem ficar com a competência da Orla Costeira deverá participar no CRADS. -----

O Presidente do CRADS deu nota que iria solicitar aos Diretores Regionais, que fazem parte do CRADS, que participem com regularidade no CRADS. Em relação ao Serviço Regional de Proteção Civil dos Açores, salientou que este não é uma matéria de âmbito ambiental, no entanto, será equacionada a possibilidade da SRPCA participar neste Conselho. -----

Não existindo mais intervenções, o Presidente do Conselho passou ao ponto seguinte. -----



PONTO QUATRO - Outros assuntos. -----

O Presidente do CRADS passou a palavra ao Conselheiro Rui Botelho que destacou que no ponto 10 do Despacho n.º 1556, referente à correção populacional da rola-turca, mencionava a obrigatoriedade de os Parques Naturais de Ilha apresentarem um relatório à Direção Regional do Ambiente e Alterações Climáticas até ao dia 15 de janeiro pelo que salientou a importância da apresentação dos referidos relatórios. -----

O Secretário Regional mencionou que, no âmbito do Despacho, foram efetuados zero pedidos para abater as rolas-turcas. -----

A Diretora Regional do Ambiente e Ação Climática referiu que a publicação do Despacho se deu devido a uma necessidade de acorrer a uma preocupação do setor agrícola. O Despacho foi feito não para as aves que têm prejuízos nas vinhas, mas para a alteração da muda das culturas, e aqui verifica-se que estas têm uma ação relevante. Evidenciou que a Universidade dos Açores está a efetuar estudos ao conteúdo estomacal de diversas aves, estando neste momento a aguardar os resultados dos estudos. -----

No entanto, referiu que o estudo de equipamentos dissuasores é a fase mais importante para se perceber quais são as alternativas ao canhão de gás. -----

O Conselheiro Paulo Barcelos destacou que as rolas ocupam a faixa litoral e não percebe como é possível o controlo de densidade da rola através de arma. No entanto, na ilha Terceira verifica-se um aumento drástico da rola. -----

Alonso Miguel salientou que efetivamente os censos indicam um crescimento populacional das rolas-turcas, mas só 3 % da sua alimentação é que é composta por bagas. -----

De seguida, o Conselheiro Rui Botelho usou da palavra para dar nota que o Projeto de Resolução que recomenda a preservação das hortências dos Açores representa um retrocesso, pois há 20 anos que existe um Conselho que trabalha numa estratégia de controlo de espécies invasoras nos Açores. -----

O Presidente do CRADS mencionou que apesar de as hortências não terem um forte potencial de propagação, têm capacidade de invasão e não se pretende que estas estejam em áreas protegidas. -----

Tomou a palavra o Conselheiro Francisco Rosa para dar nota que, em relação à cana-roca e ratos, verifica-se que os regulamentos são demasiado restritivos e que, como mencionou anteriormente, para situações extraordinárias, tem que haver reações extraordinárias. -----

O Conselheiro Eugénio Câmara referiu que atualmente, para aplicar raticida, é necessária uma formação e mencionou que os Serviços Agrários, Florestais e outras entidades deveriam dar formação uma vez que não há empresas privadas que realizem estas formações. -----

O Conselheiro José Leal interrogou quais os planos da Secretaria Regional para as cabras da Caldeira da ilha do Faial. Em relação à descida à Caldeira, mencionou que só existe um trilho pelo que questionou no caso de existir uma derrocada no trilho como é que seria efetuada a subida. -----

José Leal alertou ainda para a falta de manutenção das Levadas e referiu que o gado já entrou em várias zonas destruindo a caleira e que era necessária a sua recuperação. -----

O Secretário Regional realçou que há uma programação de limpeza de trilhos e estas decorrem em março/abril e depois novamente em junho/julho. Salientou que, devido ao reduzido número de efetivos nas ilhas Flores e Faial, a Secretaria não tem capacidade para proceder às limpezas regulares. Portanto, opta-se por fazer contratos com as Juntas de Freguesia e empresas para fazerem a manutenção dos trilhos. -----

Em relação à Levada deu nota que, a breve trecho, será efetuada uma prestação de serviços para a sua recuperação. -----

O Conselheiro Diogo Caetano questionou sobre a implementação do radão na Região. -----

O Presidente do CRADS referiu que a sua implementação foi efetuada em duas fases, sendo que na primeira fase foram colocados um conjunto de amostragens em casas e, na segunda fase, que foi dividida em duas fases, foram colocadas amostragens em casas e no espaço exterior com base na distribuição da primeira fase e resultados recolhidos. -----

O Secretário Regional passou a palavra à Diretora Regional do Ambiente e Ação Climática para dar nota que, se começou com um número reduzido de amostradores na Região, posteriormente, após se receber os resultados, cruzou-se dados com as linhas de informação que pudessem ser suscetíveis de libertar radão, mapeou-se e definiu-se um novo plano de amostragem em todas as ilhas e freguesias. Aplicou-se os amostradores, procedeu-se às análises e neste momento os dados estão a ser tratados em termos de sentido crítico. -----

É expectável que, nos Açores, existam alguns pontos com radão, mas existem também muitas zonas que estão sem qualquer valor anormal de radão. Este estudo está a ser efetuado em conjunto com a Agência Portuguesa do Ambiente (APA) e com o Laboratório de Radioatividade Nacional e estão a ser efetuadas reuniões para definição dos próximos passos. -----

Referiu ainda que, durante o presente ano, se pretende lançar o procedimento para elaboração do Plano Regional para o Radão, o mapa de suscetibilidade ao radão que incluirá ainda análises e ações de sensibilização. -----

Concluiu ainda que os guias que existem na APA serão também adaptados para edifícios que estejam a ser construídos, para medidas preventivas para o radão ou então para edifícios já construídos com medidas corretivas. -----

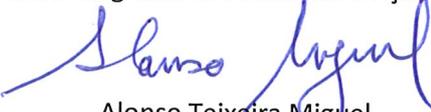
Não existindo intervenções, o Presidente do Conselho deu por terminada a reunião do CRADS.

Terminou, agradecendo a presença e a participação de todos, e deu por concluída a reunião, quando eram dezoito horas, tendo sido lavrada a presente ata, que eu, na qualidade de secretária-geral do CRADS, redigi e subscrevo. -----


Carla Alexandra Brasil Mota

Aprovada, em Angra do Heroísmo, ilha da Terceira, ao vigésimo sexto dia de julho de 2024.

O Secretário Regional do Ambiente e Ação Climática


Alonso Teixeira Miguel